

Mulheres e classe na análise sociológica: um olhar sobre o pensamento de Alexandra Kollontai (1872–1952)

Nathalia de Carvalho Terra¹

Resumo

O artigo busca resgatar algumas contribuições de Alexandra Mikháilovna Kollontai para a teoria sociológica clássica, especialmente as análises sobre as mulheres trabalhadoras nas questões sobre luta de classes, maternidade, família e meios de libertação. Para tanto, o trabalho se divide em três partes, onde se discute o apagamento feminino em posições canônicas para a Sociologia, elementos da biografia de Kollontai e o uso criativo das variáveis "sexo" e "classe" nas análises feitas pela a autora. O objetivo da pesquisa não é esgotar todos os elementos analíticos do pensamento de Kollontai, mas evidenciar a sua criatividade interpretativa nos temas selecionados, destacando a originalidade e especificidades de sua obra. Trata-se de uma contribuição aos esforços contemporâneos, no campo sociológico, de reabilitação de obras femininas e feministas no interior da teoria clássica, assim como de temas marginalizados nesse período, como a família, a intimidade e a subordinação das mulheres. Por outro lado, o retorno às obras de Kollontai fornece respostas críticas aos feminismos sobre as posições periféricas que a situação das mulheres ocupava nas análises marxistas, salientando a centralidade da libertação feminina para a revolução proletária.

Palavras-chave: Alexandra Kollontai; Sociologia clássica; Mulheres trabalhadoras; Marxismo.

Women and class in sociological analysis: a look at the thought of Alexandra Kollontai (1872–1952)

Abstract

The article seeks to rescue some of Alexandra Mikhailovna Kollontai's contributions to classical sociological theory, especially the analyzes of working women in the issues of class struggle, motherhood, family and means of liberation. Therefore, the work is divided into three parts, where the female erasure in canonical positions for Sociology, elements of Kollontai's biography and the creative use of the variables "sex" and "class" in the analyzes made by the author are discussed. The objective of the research is not to exhaust all the analytical elements of Kollontai's thought, but to highlight her interpretative creativity in the selected themes, accentuating the originality and specificities of her work. It is a contribution to

¹Mestranda em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense. Integrante do Grupo de Pesquisa "Sexualidade, Democracia e Direitos (SDD/UFF)" e bolsista da CAPES. E-mail: nathalia_terra@id.uff.br

contemporary efforts, in the sociological field, to rehabilitate women's and feminist works within classical theory, as well as themes that were marginalized in this period, such as the family, intimacy and women's subordination. On the other hand, the return to the works of Kollontai provides critical responses to feminisms about the peripheral positions that the situation of women occupied in Marxist analyses, emphasizing the centrality of women's liberation for the proletarian revolution.

Keywords: Alexandra Kollontai; Classical sociology; Working women; Marxism.

Mujer y clase en el análisis sociológico: una mirada al pensamiento de Alexandra Kollontai (1872–1952)

Resumen

El artículo busca rescatar algunos aportes de Alexandra Mikháilovna Kollontai a la teoría sociológica clásica, con especial énfasis en el análisis de la mujer trabajadora pasando por cuestiones de lucha de clases, maternidad, familia y medios de liberación. De esta forma, el trabajo se divide en tres partes, donde se discute el supresión femenina en posiciones canónicas para la Sociología, los elementos de la biografía de Kollontai y el uso creativo de las variables "sexo" y "clase" en los análisis realizados por la autora. El objetivo de la investigación no es agotar todos los elementos analíticos del pensamiento de Kollontai, sino resaltar su creatividad interpretativa en los temas seleccionados, destacando la originalidad y especificidades de su obra. Es una contribución a los esfuerzos contemporáneos, en el campo sociológico, por rehabilitar obras de mujeres y feministas dentro de la teoría clásica, así como temas que fueron marginados en este período, como la familia, la intimidad y la subordinación de las mujeres. Por otro lado, el retorno a las obras de Kollontai brinda respuestas críticas a los feminismos sobre las posiciones periféricas que ocupaba la situación de la mujer en los análisis marxistas, destacando la centralidad de la liberación de la mujer para la revolución proletaria.

Palabras-clave: Alexandra Kollontai; sociología clásica; Mujer trabajadora; Marxismo.

Introdução

O processo de consolidação do capitalismo no século XIX, impulsionado pela “dupla revolução” – a revolução política, na França, e a revolução econômica, na Inglaterra – constitui a maior transformação da história humana desde a descoberta da agricultura. Seus impactos mudaram profundamente as sociedades com desdobramentos sobre a estrutura social, a organização política e as relações de poder, a forma de produção da vida material, as relações sociais, mas também afetando a dinâmica das cidades, os meios de comunicação e transporte, a ciência, a difusão do saber e a forma de compreender a história. Segundo Hobsbawm (1979), as ciências também refletiram as transformações produzidas pela “dupla revolução”, provocadas por novas e específicas exigências, beneficiadas por novas possibilidades ou em confronto com novos problemas (HOBBSAWM, 1979, p. 301).

No campo das ciências sociais, o desenvolvimento da economia política e da história como movimentos que buscam a compreensão científica da realidade social constituem os precedentes basilares da constituição da sociologia como uma ciência que se organiza a partir das críticas ao capitalismo (Ibidem, p. 308). As mudanças históricas trazidas pela modernidade deram corpo ao movimento intelectual que acena com a consciência histórica de pertencimento a uma época específica, marcada pela expansão da sociedade urbano-industrial como modelo de organização social, mas que não é apenas consciência histórica, é também compreensão e anseio da capacidade de intervir sobre o mundo, para fortalecer a coesão de sua ordem social ou para transformá-la.

Segundo Giddens, a sociologia nasce da consciência de que a sociedade moderna é caracterizada por uma ordem social marcada pela “descontinuidade” e “mudança”. Descontinuidade em relação às sociedades de épocas anteriores e a mudança como ímpeto dessa organização social. Tanto Marx, quanto Durkheim e Weber, considerados os clássicos fundadores da Sociologia, envidaram esforços na compreensão das transformações engendradas pela moderna sociedade capitalista, posicionando-se criticamente em relação a muitos de seus desdobramentos, como a exploração dos trabalhadores, as

condições degradantes nas cidades industriais, a lógica mercantil como base das relações sociais (GIDDENS, 1990, p. 16–17). Nesse quadro, a compreensão da realidade social envolvida pelas contradições produzidas pela modernidade capitalista constitui o movimento de consolidação de uma ciência social. Segundo Sell, atravessados pela modernidade, os autores cânones da sociologia conjugam as dimensões teórico–empíricas, teórico–analíticas e a dimensão teórico–política, refletindo na elaboração de uma teoria sociológica sobre a modernidade, mas tangenciando também uma perspectiva política (SELL, 2009, p. 26–27). Ainda que a consolidação do capitalismo tenha impulsionado a constituição de um campo do saber dedicado a compreender cientificamente a realidade social, a partir de suas contradições, agravadas ao longo do século XIX, as reflexões produzidas pelos fundadores da sociologia não ficaram imunes às contradições produzidas pela própria modernidade capitalista.

Nesse sentido, o objetivo do trabalho é resgatar a contribuição de mulheres para a sociologia clássica, especialmente a obra de Alexandra Kollontai. Para isso, estabelecemos algumas discussões sobre a consagração de autores como cânônicos e as responsabilidades políticas desse processo. Em um segundo momento, apresentaremos alguns elementos da vida revolucionária de Kollontai, com o intuito de pontuar algumas questões relevantes para a produção política e acadêmica da autora. Por fim, analisaremos as contribuições de Kollontai para as relações entre classe e gênero, sobretudo as discussões sobre família, maternidade e domínio ideológico da sexualidade.

Mulheres na sociologia: pensando os “cânones”

A modernidade ocidental engendrou uma série de transformações em nossas formas de socialização e nos meios de compreendê-las. Todas as escalas da sociabilidade humana foram revolucionadas. A sociologia é constituída nesse contexto como um esforço para compreender as crises e transformações provocadas pelo desenvolvimento da sociedade civil, da industrialização e os seus desdobramentos. Quando pensamos em seus cânones, três grandes análises se sobressaem: Karl Marx, Émile Durkheim e Max

Weber. Embora tenham perspectivas bem diferentes sobre a realidade social, os trabalhos desses autores compartilham um traço comum. A situação das mulheres ante à sociedade ocidental não é mencionada em nenhuma dessas análises, quando é mencionada encontra-se subordinada à análise principal. Também é curioso que os “pais fundadores” da Sociologia sejam exclusivamente homens.

Em defesa dessa posição sobre os cânones, seria possível argumentar que a condição de subordinação e opressão das mulheres durante o período de consolidação da sociologia enquanto ciência as afastou dos meios necessários à produção e difusão do conhecimento. Nesse sentido, a ausência de mulheres entre os clássicos se justificaria pelo seu confinamento às posições de mães, esposas e trabalhadoras precarizadas. Portanto, a ausência de produções científicas de mulheres nesse período seria um simples desdobramento de sua condição como excluída da história (PERROT, 1988; DAFLON; SORJ, 2021). Uma outra resposta a questão poderia sinalizar o fato de que as mulheres que formularam análises no período não desenvolveram contribuições relevantes à sociologia, isto é, sobre o debate acerca da epistemologia das ciências sociais, industrialização, divisão social do trabalho, etc. Nesse argumento está implícita a pré-concepção de que tais autoras se debruçaram sobre as particularidades da condição feminina, temas que eram considerados “secundários” ante as transformações sociais em curso no século XIX (DAFLON; SORJ, 2021).

As duas respostas orientaram a falsa compreensão de que as transformações sociais incidiriam uniformemente sobre os indivíduos de determinada sociedade e, onde o apagamento da produção científica das mulheres seria somente um reflexo das infelizes desigualdades sociopolíticas existentes ou que as particularidades femininas não eram parte integrante do tecido social. O objetivo do trabalho não é incorrer em anacronismos através do questionamento feminista sobre a relevância e imprecisões nos trabalhos de Marx, Durkheim e Weber, mas reafirmar a importância das análises e teorias sociais formuladas por mulheres e para mulheres. Não se trata de defender uma postura particularista no universo acadêmico, mas de reatualizar às bases epistemológicas sobre as quais o conhecimento sociológico está sendo construído por meio de correção de vieses de gênero, classe, raça e orientação sexual (SCHIEBINGER, 2001; GROSFUGUEL, 2016).

Nesse sentido, o resgate das contribuições de mulheres do século XIX se mostra relevante para reposicionarmos as reflexões originais sobre a vida privada, intimidade, casamento, divisão sexual do trabalho e posição social da mulher no escopo geral da sociologia. Além dos estudos específicos da condição feminina, algumas dessas autoras formularam interpretações criativas e sistemáticas sobre temas considerados fundamentais para a consolidação da sociologia, como a origem e a natureza da modernidade emergente de sua época (DAFLON; SORJ, 2021). Mulheres como Flora Tristán (França/Peru), Nísia Floresta (Brasil), Ana Julia Cooper (Estados Unidos) Marianne Weber (Alemanha) e Alexandra Kollontai (Rússia) são algumas dessas autoras que estavam pensando e escrevendo análises perspicazes no cenário vibrante da constituição da sociologia enquanto saber científico.

Ainda assim, nos deparamos com uma seleção de “cânonos” que se constituiu e se mantém exclusivamente masculina. Portanto, a tarefa de questionar os autores clássicos sob uma epistemologia feminista possibilita que se corrijam vieses de gênero que existem no campo sociológico, de modo a construir uma ciência social mais sensível e representativa com a produção acadêmica de mulheres. Sorj destaca que

“O cânone tem uma função simbólica para uma disciplina. Cria um sentido comum a sua própria história, confere unidade e coerência, fortalece sua identidade e permite tornar mais ostensivas as fronteiras que a separam de outras disciplinas afins. É justamente por deter esse poder de definição de uma área do conhecimento e transmiti-lo para as sucessivas gerações que se torna necessária uma constante reavaliação, do ponto de vista sociológico, da sua formação e composição. Longe de ser um dado evidente em si mesmo, o processo de consagração de autores como canônicos decorre de lutas entre posições e agentes que disputam autoridade e legitimidade científica” (SORJ, 2022, p. 15).

Partindo dessa perspectiva, é possível entender os atravessamentos políticos e sociais que envolvem a consagração de autores como canônicos e permite que avancemos coletivamente na construção do conhecimento sociológico, entendendo como o sexismo moldou a produção científica nas ciências sociais. Paralelamente, é necessário destacar que o resgate da produção de mulheres

extrapola a questão de seleção de cânones e se revela como um caminho para, através de suas obras, colocarmos em órbitas temas que não são contemplados pela Sociologia clássica atualmente, como família, divisão sexual do trabalho, casamento e sexualidade (DAFLON; CAMPOS, 2022).

Essas observações indicam a importância que devemos conferir às interpretações e análises formuladas pelas pensadoras do período, posicionando-as no seu lugar na Sociologia clássica e também conferindo relevância aos temas estudados por elas. Como mencionado, existe um universo criativo e diverso de análises sociais formuladas por mulheres no cenário de constituição da sociologia enquanto ciência que não pretende ser esgotado neste trabalho. Uma proposta nesse sentido demandaria um espaço temporal maior de pesquisa e escrita acadêmica que extrapolam a proposta de um artigo.

Assim, o trabalho se concentra na análise sobre o pensamento de Alexandra Kollontai, especialmente nas suas compreensões sobre a relação entre os sexos e a luta de classes, a maternidade, a família "tradicional" e os meios de libertação das trabalhadoras. O objetivo não é esgotar todos os elementos analíticos do pensamento de Kollontai, mas evidenciar suas interpretações criativas sobre os temas selecionados. Antes de nos debruçarmos sobre essa tarefa, é necessário a apresentação de alguns elementos da biografia e do contexto em que está inserido o pensamento de Kollontai, para compreendermos as especificidades e a originalidade de suas obras.

Alexandra Kollontai: elementos de uma vida revolucionária

Nascida em 1872 em São Petersburgo, Alexandra Mikháilovna Kollontai foi uma das principais revolucionárias no socialismo russo e uma militante fervorosa pela libertação das mulheres trabalhadoras. Oriunda de uma família aristocrática e detendo uma posição social privilegiada, teve meios de se dedicar aos estudos desde sua infância e dominava diversos idiomas, como francês, inglês e alemão. Sua paixão pela leitura a aproximou do pensamento socialista russo, alemão e francês. Casou-se aos 21 anos com Vladimir Kollontai, engenheiro fabril e, com ele, teve um

filho. Entretanto, a vida doméstica e o casamento se tornaram fonte de angústias, considerada uma “jaula” por ela. Esses fatores a levaram a concentrar os seus interesses na classe trabalhadora na Rússia e na crescente popularização do marxismo no país” (KOLLONTAI, 2007).

Com o desejo de explorar alternativas além do ambiente familiar, começou a dar aulas noturnas para os trabalhadores em 1894. Nesse período, o cenário vibrante de São Petersburgo, capital da Rússia czarista e um dos principais polos industriais do país, assistia um crescente movimento sindical, com greves constantes e uma intensa repressão aos militantes (ARAÚJO, 2022). Em sua autobiografia, Kollontai descreve que “uma visita à grande e famosa fábrica têxtil Krengolm, que empregava doze mil trabalhadores de ambos os sexos, decidiu minha sorte. Eu não poderia levar uma vida feliz e pacífica enquanto a classe trabalhadora estava tão terrivelmente escravizada” (KOLLONTAI, 2007, p. 35). A insatisfação com a vida familiar e a ansiedade para desbravar o contexto sociopolítico do período, motivaram Alexandra a ir para a Suíça, em 1898, e estudar Economia. Como destacam Daflon e Sorj, Kollontai

“(…)decidiu deixar o marido e o filho e viajar para o exterior, passando então a estudar a história do movimento operário, a organizar mulheres trabalhadoras de vários países da Europa, a combater o feminismo de classe média e o conservadorismo nas organizações socialistas em relação às questões de gênero” (DAFLON; SORJ, 2021, p. 172-173).

No ano seguinte, Kollontai decide se filiar ao Partido Operário Social-Democrata Russo (POS DR), uma organização partidária que reunia diversas organizações revolucionárias de inspiração socialista-marxista. Em 1903, o partido sofre uma ruptura interna e se divide em duas grandes alas: os mencheviques, com posições reformistas voltadas à política institucional, e os bolcheviques, que defendiam uma revolução proletária na Rússia. Sobre a posição de Kollontai diante desse conflito, Araújo destaca que “(...) Alexandra atuou nas duas facções, pendendo de uma à outra em diferentes momentos, até se estabelecer como bolchevique” (ARAÚJO, 2022, p. 259). Entretanto, as especificidades das mulheres trabalhadoras

e militantes ainda não eram apreendidas pelas suas análises até os acontecimentos de 1905, especialmente o Domingo Sangrento² (SCHNEIDER, 2017; SILVA, 2018).

Como reação ao Domingo Sangrento, uma onda de greves de diversas categorias, protestos estudantis, passeatas e rebeliões camponesas tomaram conta do país. As mulheres participaram ativamente desses levantes populares, organizando sindicatos, participando de greves e atuando como delegadas nos sovietes (CLEMENTS, 2012). A presença das mulheres trabalhadoras foi tão significativa que conseguiram anexar às suas demandas mais nitidamente nos documentos grevistas, como licença-maternidade paga, tempo para amamentação no local de trabalho, igualdade salarial e creches nas fábricas. Kollontai esteve presente no Domingo Sangrento e acompanhou diversas greves e manifestações, acompanhando de perto o potencial de organização das operárias. Para ela, os eventos de 1905 mostraram a importância dos esforços para organizar as mulheres trabalhadoras. Em sua biografia, ela descreve que

“nessa época tomei pela primeira vez consciência do quão pouco o nosso partido se interessava pelo destino das mulheres trabalhadoras e pela libertação da mulher. Na Rússia, já havia um feminismo burguês bastante forte; mas minha concepção marxista do mundo me indicava com absoluta clareza que a libertação da mulher só poderia ocorrer como resultado de uma ordem social nova e um sistema econômico distinto. Assim, intervi diretamente na luta entre defensoras dos direitos da mulher russa, procurando fazer, com todas as minhas forças, com que o movimento operário assumisse também o problema da mulher como objetivos de luta e de seu programa” (KOLLONTAI, 1980, p.18 *apud* SILVA, 2018, p. 33)

Nesse momento, torna-se imprescindível traçar uma distinção político-ideológica que se tornou obscura nos feminismos contemporâneos, mas que era um obstáculo intransponível nesse contexto. Trata-se da oposição entre o feminismo (burguês) e as

² Na ocasião, a manifestação pacífica de trabalhadores e suas famílias, sob liderança do padre Gapon, caminhou até o Palácio de Inverno para apresentar uma petição ao czar solicitando melhores condições de trabalho, jornada de trabalho de 8 horas diárias, aumento de salários, sufrágio universal, fim da guerra e a elaboração de uma constituição. A passeata foi recepcionada com uma repressão brutal, vitimando 3 mil trabalhadores, mulheres e crianças desarmadas (SILVA, 2018).

mulheres socialistas³. Kollontai até estabeleceu contatos e alianças estratégicas com as entidades feministas russas, mas seus objetivos sempre estiveram voltados à união entre o projeto marxista e a emancipação das mulheres. Não obstante, ainda em 1907, Kollontai escreve o trabalho “Os fundamentos sociais da questão feminina”, onde estabelece um debate com o movimento feminista, externando o conteúdo de classe e as infiltrações burguesas existentes. Para ela,

“O instinto de classe – digam o que disserem, as feministas – sempre prova ser mais poderoso do que o nobre entusiasmo de políticas “acima das classes”. Enquanto as mulheres burguesas e as mulheres operárias são iguais em sua desigualdade, as primeiras podem, com toda a sinceridade, fazer grandes esforços para defender os interesses gerais das mulheres. Mas uma vez que superadas essas barreiras e mulheres burguesas ganharem acesso à atividade política, as defensoras atuais dos “direitos de todas as mulheres” vão se tornar defensores entusiastas dos privilégios da sua classe, se contentarão em deixar as trabalhadoras, sem quaisquer direitos. Então, quando as feministas falarem com as mulheres trabalhadoras sobre a necessidade de uma luta comum para obter algum princípio “geral das mulheres”, as mulheres da classe trabalhadora estão naturalmente desconfiadas” (KOLLONTAI, 1907).

No panfleto “A mulher trabalhadora na sociedade contemporânea” (1908), publicado no ano seguinte, ela observa que os objetivos do movimento feminista estavam muito distantes da realidade da trabalhadora. Elementos como “direitos e justiça”, centrais ao feminismo russo, ocupavam uma posição secundária nas vidas das mulheres proletárias que, antes de tudo, reivindicavam condições dignas de subsistência, como segurança alimentar, e condições menos desiguais de trabalho. No intuito de evitar ambiguidades de sentido ao longo do trabalho, utilizaremos a diferenciação entre feminismo, entendido como um movimento

³ É necessário estabelecer essa oposição entre a posição feminista, compreendida enquanto um desdobramento dos valores liberais, e a posição de socialistas sobre a questão da mulher. Em primeiro lugar, o termo feminismo até a metade do século XX era designado quase exclusivamente para designar o feminismo liberal, as mulheres ligadas ao socialismo e ao marxismo, utilizavam termos como a questão da mulher para expressarem suas correntes teóricas e para se desvincular desse tipo de feminismo. Contudo, isso não significa um repúdio ao movimento organizado de mulheres, mas tão somente o repúdio das mulheres revolucionárias ao liberalismo presente nas reivindicações das burguesas, que, na maioria das vezes, era contrário ao interesse das mulheres trabalhadoras. Para compreender esse debate, ver: ARRUIZZA, Cinzia. “Ligações Perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo”. São Paulo: Usina, 2019.

feminino liberal, e a questão da mulher, voltado aos argumentos socialistas sobre as trabalhadoras, na tentativa de fornecer inteligibilidade ao pensamento de Kollontai e desviar de análises superficiais que tendem a classificá-la como anti-feminista.

Curiosamente, a oposição entre o feminismo russo e movimento socialista possibilitou que os debates sobre a questão da mulher encontrasse respostas além do escopo de reivindicações dos feminismos euro-americanos, como a atenção à aspectos reprodutivos, socialização dos trabalhos domésticos e de cuidados, estruturas de apoio à amamentação e à maternidade no local de trabalho, etc. Segundo Silva,

“Ainda que com divergências entre si, a existência do movimento feminista (e dos debates sobre a mulher em geral) pressionava as/os socialistas a responderem de forma superior às problemáticas colocadas pelos mesmos, impulsionando o processo tese-antítese-síntese fundamental para as concepções materialistas/socialistas sobre a opressão da mulher, e das políticas revolucionárias e de Estado sobre a mulher e a família” (SILVA, 2018, p. 34)

Entretanto, torna-se necessário salientar que a aceitação do POSDR às análises de Kollontai sobre a questão da mulher não foi linear e encontrou resistência de diversos quadros do partido que entendiam como um elemento desagregador das lutas dos trabalhadores em geral. Chegou até ser repreendida por participar das reuniões organizadas por entidades feministas russas (SILVA, 2018). Ainda assim, não desanimou ou suavizou os seus argumentos em defesa das operárias, entendia que era imprescindível mostrar ao proletariado masculino que as reivindicações femininas eram parte integrante do movimento operário como um todo, e que possuíam uma vinculação orgânica com a luta revolucionária. Para ela, “a história da luta das trabalhadoras por melhores condições de trabalho, por uma vida tolerável, é a história da luta do proletariado por sua libertação” (KOLLONTAI, [1908] 2017, p. 153).

Considerando a influência crescente do feminismo entre as trabalhadoras, Kollontai percebeu a emergência de construir caminhos alternativos para as operárias no partido. Seu objetivo era organizar um movimento de mulheres no interior do partido e o fez, em 1906, sem muito apoio. No ano seguinte, atuou como

representante russa do I Congresso Internacional de Mulheres Socialistas, organizado por Clara Zetkin, que se tornaria uma grande companheira nessa batalha (KOLLONTAI, 2007; SCHNEIDER, 2017; ARAÚJO, 2022). Em 1908, Kollontai é exilada em função de uma publicação em que conclamava os finlandeses a resistirem contra a ocupação russa, quando passou a residir na Alemanha, onde aprofundou suas relações com o movimento socialista alemão.

Após a queda do czar em 1917, Kollontai retorna a Rússia e estreita as suas relações com Vladimir Lênin, um importante ator político que havia conhecido em 1905. Passou alguns meses presa, após ser acusada de ser uma espiã do governo alemão (ARAÚJO, 2022). Sua situação mudou expressivamente quando os bolcheviques chegaram ao poder. Kollontai é nomeada como comissária de Assistência Pública, um cargo equivalente a um Ministério da Saúde e Assistência Social no contexto brasileiro. Tornou-se a única mulher a integrar o Comitê Central do governo e, durante o seu período na estrutura estatal soviética, contribuiu para a aprovação de políticas públicas e legislações extremamente avançadas para a sua época, como licença-maternidade remunerada de 16 semanas, redução da jornada de trabalho de mulheres lactantes e a criação de creches no interior das fábricas (SCHNEIDER, 2017; ARAÚJO, 2022).

Os primeiros anos da Revolução de 1917 foram marcados por instabilidade e debates acalorados no partido, especialmente sobre o papel dos sindicatos e dos soviets dentro do Estado (SERRA, 2016). Nesses anos, a postura crítica de Kollontai demonstrava as insatisfações com a política soviética, onde começou um trabalho de oposição interna após entregar o seu cargo no comissariado. Em 1919, torna-se diretora do Departamento de Mulheres Trabalhadoras e Mulheres Camponesas do Partido Bolchevique, o Zhenotdel. Sua atuação nesse órgão envolvia a criação de cozinhas e lavanderias coletivas, creches públicas, bem como a mobilização política entorno da legalização do aborto, posteriormente revogado no período stalinista (GOLDMANN, 2014). Em 1923, inicia a sua carreira diplomática, considerada uma forma de exílio com o intuito de minimizar o impacto produzido pelas suas oposições. Foi uma das primeiras mulheres a ocupar posições em embaixadas e na diplomacia. Retornou à Rússia em 1945, onde viveu até a sua morte em 1952, às vésperas do seu aniversário de 80 anos (ARAÚJO, 2022).

Para além de uma vida revolucionária dedicada à emancipação das mulheres, Alexandra Kollontai produziu um conjunto de análises e observações perspicazes a partir do marxismo, onde compreende a artificialidade das relações entre os sexos, as insuficiências da estrutura familiar patriarcal, as transformações no mundo do trabalho que tornaram as mulheres russas uma fração altamente precarizada no proletariado nacional, assim como traçou críticas ácidas aos companheiros de partido e denunciou um certo descaso de setores socialistas com a libertação da mulher. Suas obras anteciparam questões que só viriam a ser suscitadas no Ocidente nos anos de 1960, com a ascensão de vertentes radicais nos feminismos euro-americanos. Assim, torna-se importante resgatar suas compreensões sobre a relação entre os sexos e a luta de classes, família, maternidade e formas de libertação das trabalhadoras.

Utilizando sexo e classe como variáveis na análise sociológica: revelando nuances entre o micro e o macrossocial

Como mencionado, a situação das mulheres na sociedade contemporânea foi um dos temas de preocupação de Kollontai, especialmente diante do seu protagonismo político nos eventos de 1905 na Rússia e da infiltração do feminismo burguês entre as trabalhadoras. Para ela, havia uma nítida incongruência entre os interesses do movimento de mulheres burguesas e das trabalhadoras, sobretudo no que diz respeito aos interesses de classe que distanciava os dois grupos. Mais do que direitos civis e políticos, as demandas das trabalhadoras as orientava em questões cruciais a sua própria subsistência e de seus filhos, como alimentação, moradia, coletivização dos trabalhos domésticos e de cuidados, condições dignas de trabalho e superação das antigas relações sexuais. Não obstante, a expropriação dos meios de produção da trabalhadora, produziu uma distorção singular em suas condições de vida, empurrando-as à prostituição como forma de sustentarem a si e a sua família (KOLLONTAI, [1908] 2017).

As diferenças de níveis de desigualdade que atingiam a mulher russa também foi um dos temas estudados por Kollontai. Em “Mulher Trabalhadora e Mãe” (1916), Alexandra conta a história de quatro

mulheres que compartilham o mesmo nome (Mashenka/Masha), mas que pertencem a camadas distintas da sociedade. A partir desses casos, refletiu sobre como as desigualdades materiais impactavam as vidas femininas, modificando as formas que a maternidade era compreendida em diferentes contextos sociais.

Alguns anos mais tarde, na obra "Relações entre os sexos e a luta de classes" (1919), Kollontai argumenta que "a questão sexual" seria um dos produtos das transformações sociais provocadas pelo modo de produção capitalista, onde o código moral vigente se mostra incompatível com os novos valores e ideais morais. No período de acumulação primitiva de capital, ela observa a existência de dois códigos sexuais distintos que orientariam, posteriormente, a classe trabalhadora e a burguesia a sentidos interpretativos antagônicos sobre a crise sexual.

O modo de vida clânico, constituído a partir de bases autoritárias e da coletivização da economia familiar, teria forjado uma ética sexual em que a estrita individualização dos desejos de membros da família não seria considerado, isto é, os interesses coletivos da família se sobressaem sobre os interesses individuais dos seus membros. Por outro lado, a moral sexual burguesa teria se constituído a partir de princípios diametralmente opostos às bases morais do código feudal, ao invés do princípio clânico, seria regida pela estrita individualização e pela delimitação de uma "pequena família" fechada. Enquanto o primeiro código teria se organizado através da cooperação, o segundo adotaria o princípio da concorrência. O tensionamento entre as duas formas de codificar a sexualidade estava, na transição entre o mundo feudal e burguês, circunscrito às classes mais altas da sociedade. Os camponeses, por outro lado,

"(...) continuaram atendo-se firmemente às normas já testadas das tradições clânicas herdadas de seus antepassados. Apenas sobre a pressão de uma necessidade extrema eles modificavam, atenuavam e adaptavam às novas condições de vida econômica o código da moral sexual clânico congelado" (KOLLONTAI, [1919] 2017, p. 178).

Kollontai destaca que, nesse contexto, a crise sexual não ocupava um espaço social tão abrangente como nos dias atuais. Para ela, as transformações socioeconômicas externas e a vigência de uma

“psique individualista refinada”, cultivada pela ideologia burguesa, seriam elementos fundamentais para o caráter sistêmico que ela adotaria na modernidade. Uma resposta alternativa à crise deveria se empenhar na reforma radical sobre a afetividade e sexualidade humana, de modo que seja possível direcionar as transformações sexuais em curso para a constituição de relações mais felizes. A tarefa da classe trabalhadora consistiria em definir essa moral em desenvolvimento, buscando captar o contorno dos princípios que correspondem ao espírito revolucionário no caos das normas sexuais incoerentes da modernidade (KOLLONTAI, [1919] 2017).

Ao discorrer sobre a “desigualdade dos sexos” no âmbito da psicofisiologia, Alexandra observa a existência de um critério duplo para traduzir e julgar o mesmo ato cometido pelos representantes de ambos os sexos. Para exemplificar a incidência desse critério, ela analisa a situação da família burguesa, destacando que “a sociedade não consegue destacar a mulher da célula familiar e considerá-la uma personalidade significativa por si só, fora do círculo fechado das virtudes e obrigações domésticas” (KOLLONTAI, [1919] 2017). É interessante notar que a autora vincula o funcionamento desse critério à manutenção da subordinação feminina na mentalidade burguesa, somente com a mudança na posição econômica da mulher e sua inserção no mercado de trabalho independente podem contribuir para o enfraquecimento dessa ideologia e para o despertar da consciência política das mulheres. Os limites desse processo esbarram com as próprias limitações às capacidades humanas impostas pelo modo de produção capitalista, que só conseguem atingir a integralidade da emancipação feminina com a superação do capitalismo. Nesse sentido, um dos deveres da classe trabalhadora seria cultivar as novas relações entre os sexos, estreitamente relacionadas com as suas tarefas sociais e de classe.

As transformações das relações socioeconômicas que estão modificando o papel social das mulheres e minando os fundamentos da moral sexual burguesa produzem dois fenômenos que, à primeira vista, são contraditórios. Por um lado, há constantes tentativas de adaptar as antigas convenções sexuais às novas condições socioeconômicas, seja as apresentando com um conteúdo inédito ou, ao contrário, aceitando as novas formas, mas introduzindo nelas elementos da moral sexual burguesa. Nessa situação, seria possível mencionar a manutenção da instituição do

casamento monogâmico e indissolúvel no primeiro caso, e a emergência das “uniões livres” no segundo. Para Kollontai, a segunda situação seria ainda mais destrutiva para as relações humanas, uma vez que “(...) o princípio da propriedade forçada de um cônjuge sobre outro supera os limites até dos casamentos legais” (KOLLONTAI, [1919] 2017, p. 186). Por outro, aconteceria uma delimitação lenta porém contínua de formas renovadas de contato entre os sexos, renovadas não só em aparência, mas também em princípios estruturantes. Nesse caso, a contradição entre a materialidade da classe trabalhadora e as transformações socioeconômicas possibilitariam caminhos inéditos para a relação entre os sexos. Segundo Kollontai,

“E aqui, na classe trabalhadora, sob pressão das difíceis condições econômicas, sob o jugo da exploração sempre intensa do capital, podemos observar o processo do qual acabamos de falar: a adaptação passiva e de resistência ativa à realidade. A influência destruidora do capitalismo, que mina as bases da família trabalhadora, faz o proletariado “se adaptar” instintivamente às condições existentes e acarreta uma série de fenômenos no âmbito das relações entre os sexos, análogo ao que acontece em outras classes da população. (...) Esse tipo de fenômeno entra na área da “adaptação passiva” da classe trabalhadora às condições desfavoráveis da sua existência. (...) O divisor de águas começa apenas onde entram em vigor os princípios artísticos vivos, onde acontece não uma adaptação, mas sim uma resistência à realidade opressora, onde são concebidos e se manifestam novos ideais, onde se formam tentativas tímidas de novas relações entre os sexos. esse processo de resistência ativa está se delineando apenas na classe trabalhadora” (KOLLONTAI, [1919] 2017, p. 187-188).

O protagonismo dos trabalhadores na constituição de novas relações entre os sexos não significa que as demais classes e camadas da população não assimilem os novos elementos criados e cultivados pelo proletariado. Entretanto, os resultados dessa assimilação possuem desdobramentos diferenciados entre a burguesia e o proletariado. Enquanto para o segundo a moral sexual produzida pelas demandas dos trabalhadores se constitui como arma em sua luta social, as incorporações das “novidades” pela burguesia acabam minando as bases do seu domínio social. Para Kollontai, encontrar o principal critério da moral gerado pelos interesses específicos da classe trabalhadora e adequá-lo às

normas sexuais em formação constituiria a tarefa a ser resolvida pelos ideólogos do proletariado (KOLLONTAI, [1919] 2017).

Além das dimensões ideológicas das relações sexuais, Kollontai buscou associá-las a fatores estruturais da sociedade, associando as manifestações micro e macrosociais das relações entre gênero e classe. Como observam Daflon e Sorj, “o movimento realizado é sociológico: para ela, buscar apenas nas individualidades e na psicologia individual a explicação e a solução para os problemas da sociedade seria um equívoco” (2021, p. 188). Para transformar essas relações, seria necessário também mexer nas bases materiais que organizam a vida de homens e mulheres. Em “Comunismo e a família” (1920), Kollontai apresenta análises importantes sobre a história e as mudanças sociais nas famílias, buscando nas próprias contradições históricas um movimento dialético de mudança (DAFLON; SORJ, 2021). Ao analisar o lugar da mulher na produção e os efeitos desse fenômeno na família, Kollontai salienta que

“A mulher que é esposa, mãe e trabalhadora precisa usar toda a sua energia para completar essas tarefas. Ela precisa trabalhar durante as mesmas horas que o marido em alguma fábrica, gráfica ou estabelecimento comercial; então, além disso tudo, ela precisa encontrar tempo para estar com o marido, e cuidar das crianças. O capitalismo colocou um fardo pesado sobre os ombros da mulher: fez dela uma assalariada sem reduzir suas tarefas com cuidado da casa ou como mãe” (KOLLONTAI, [1920] 2021, p. 189)

Sua observação expressa uma incompatibilidade entre as mudanças socioeconômicas e as estruturas familiares patriarcais, salientando que a família agora atua somente como uma “unidade econômica primária” da sociedade capitalista, onde reside o apoio financeiro e educacional para as crianças. Essa “velha família” deixou de ser necessária para todos os seus membros, e tudo que antes era produzido no seio da família tornou-se mercadoria produzida em grandes escalas (KOLLONTAI, [1920] 2021). Entretanto, o enfraquecimento do poder familiar não correspondeu a uma reestruturação da divisão sexual do trabalho, mantendo as mulheres encarregadas dos trabalhos domésticos e de cuidados com as crianças.

Para Kollontai, seria imprescindível que a sociedade comunista se dedicasse à questão da coletivização dos trabalhos domésticos, como uma alternativa à emancipação das mulheres. E a educação das crianças deveria se tornar um elemento fundamental dessa sociedade. O objetivo do Estado operário seria apoiar financeiramente todas as mães, criar políticas públicas de apoio à mulher, a fim de proporcionar às mulheres a oportunidade de combinar o trabalho e a maternidade (KOLLONTAI, [1920] 2021). As análises de Kollontai se revelam como um grande esforço de fornecer respostas específicas às mulheres, deslocando os vieses oriundos do liberalismo para um olhar marxista sobre a situação das mulheres trabalhadoras, valorizando sobretudo uma análise concreta da realidade material.

Considerações finais

Utilizando o arcabouço teórico do marxismo e do socialismo utópico, Kollontai formulou uma série de interpretações instigantes sobre a posição das mulheres proletárias no capitalismo. Além de suas elaborações analíticas, adotou como objetivos de vida a defesa da classe trabalhadora, e a vinculação entre as lutas comunistas e a emancipação da mulher. Suas intervenções políticas e acadêmicas causaram profundo desconforto entre alguns companheiros de partido e entre a militância feminista, ainda assim, se manteve firme em suas considerações até o fim da vida.

O modo como Kollontai relacionou o sistema capitalista, a deterioração das famílias “tradicionais” e a relação entre os gêneros é vanguardista, abre caminhos interessantes à análise sociológica, revelando algumas das nuances microsociais das transformações econômicas. Particularmente no campo do marxismo, Kollontai revela a outra face da classe trabalhadora, ainda mais explorada e sobrecarregada pelo modo de produção capitalista: a mulher proletária. Em suas obras e panfletos se encontram elementos germinais de análise sobre a divisão sexual do trabalho e autonomia reprodutiva, temas incontornáveis para as vertentes mais críticas do feminismo e as análises marxistas sobre a teoria da reprodução social.

Esses fatores indicam a importância e originalidade da obra de Alexandra Kollontai que foram esquecidos pela sociologia clássica e que precisa ser recuperada, para que consigamos construir formas de conhecimento social comprometidos com a igualdade de gênero e com a produção acadêmica de mulheres. Como mencionado, o objetivo do artigo não foi “encontrar” análises sobre a situação feminina nos escritos de autores canônicos à Sociologia, mas demonstrar que existiam pensadoras preocupadas com a temática entre os séculos XIX e XX que ainda não são reconhecidas nesta área do conhecimento. Ademais, iluminar essa lacuna existente na sociologia clássica se desdobra como um compromisso político de democratização do conhecimento científico e valorização das pesquisas de mulheres para mulheres.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Anna Bárbara. Alexandra Kollontai. In: DAFLON, Verônica T.; CAMPOS, Luna R (orgs.). *Pioneiras da sociologia: mulheres intelectuais nos séculos XVIII e XIX*. 1ª ed. Niterói: Eduff, 2022, p. 257–269.

CLEMENTS, Barbara. *A history of women in Russia: from earliest times to the present*. Bloomington, Indiana University Press, 2012.

DAFLON, Verônica T.; CAMPOS, Luna R. Introdução. In: DAFLON, Verônica T.; CAMPOS, Luna R (orgs.). *Pioneiras da sociologia: mulheres intelectuais nos séculos XVIII e XIX*. 1ª ed. Niterói: Eduff, 2022.

DAFLON, Verônica T.; SORJ, Bila. *Clássicas do pensamento social: mulheres e feminismos no século XIX*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1990.

GROSFUGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. In: *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, nº 1, jan/abr de 2016.

HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa (1789–1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* 1ª ed. Bauru: EDUSC, 2001.

SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

SELL, Carlos E. *Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber*. Petrópolis: Vozes, 2009.

SILVA, Danielle Jardim da. *Avanços e limites da contribuição soviética para a libertação das mulheres: apontamentos a partir do pensamento de Alexandra Kollontai*. Orientador: Marcelo

Badaró Mattos. 247 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

SORJ, Bila. Apresentação. In: DAFLON, Verônica T.; CAMPOS, Luna R (orgs.). Pioneiras da sociologia: mulheres intelectuais nos séculos XVIII e XIX. 1ª ed. Niterói: Eduff, 2022, p. 15–16.

– **Alexandra Kollontai:**

_____. A mulher trabalhadora na sociedade contemporânea (1908). In: SCHNEIDER, Graziela (org.). A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p.150–159.

_____. Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada. 1ª ed. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

_____. Mulher Trabalhadora e Mãe (1916). Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1916/mes/90.htm> / Acesso em 20/08/22.

_____. Os fundamentos sociais da questão da mulher (1907). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1907/mes/fundamentos.htm> / Acesso em 20/08/22.

_____. Relações entre os sexos e a luta de classes (1919). In: SCHNEIDER, Graziela (org.). A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 176–190.